

Ano XXVII nº 6811 – 05 de maio de 2023

## Conferência Nacional dos Bancários será em agosto



O Comando Nacional dos Bancários definiu, em reunião realizada na quarta-feira (3), a data da Conferência Nacional da categoria. A atividade será presencial, em São Paulo, e a data indicativa é de 4 a 6 de agosto. A confirmação vai depender apenas da disponibilidade de local para a realização e hospedagem dos participantes.

As conferências estaduais e/ou regionais devem ser realizadas em junho e julho, no mesmo período em que haverá a Consulta Nacional à categoria sobre as prioridades para o movimento, como a reforma tributária, o papel do sistema financeiro e do crédito para a geração de emprego e renda, além da Democrati-

zação e uso dos meios de comunicação e de questões que envolvem o futuro da categoria.

Também ficou definido que serão mantidas as mesas permanentes de negociação com os bancos sobre Igualdade de Oportunidades, Saúde e Segurança Bancária. O Comando também deliberou que as comissões de trabalhadores específicas de cada banco devem definir suas agendas de negociações permanentes e definir seus calendários de luta.

Após debater sobre a política de juros do Banco Central, o Comando orientou pela continuidade da campanha #JurosBaixosJá, pois, ao contrário do que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirma, a manutenção da alta da Selic não cumpre a promessa de reduzir a inflação e atrapalha o desenvolvimento do país.

Além da política de juros do Banco Central, o Comando Nacional dos Bancários também definiu a luta: pela regulamentação das redes sociais e democratização dos meios de comunicação; pela reforma sindical; pela regularização do trabalho realizado por trabalhadores de aplicativos, como entregadores, motoristas e outros; por uma reforma tributária justa, com aumento da faixa de isenção de Imposto de Renda de Pessoa Física, assim como da faixa de isenção da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

## Sociedade reage à decisão do BC em manter Selic em 13,75%

A postura do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de manter a Selic em absurdos 13,75%, o que impõe ao Brasil os juros mais altos do mundo, reforça a aliança de setores da sociedade sobre o Senado por imediata mudança na presidência do BC.

Essa a sexta vez seguida que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central ignora as críticas e os apelos por mudança na política econômica.

A manutenção dos juros em patamares superelevados, impede a retomada do desenvolvimento e, conseqüentemente, o bem-estar da população.

A decisão do Copom, de manter o Brasil com os juros mais altos do mundo, sob alegação de controle da inflação, tem efeitos sociais desastrosos, pois reduz drasticamente o poder de compra do brasileiro, aumenta o endividamento das famílias e contribui para o empobrecimento da população.

A política de juros estratosféricos imposta pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, só beneficia o grande capital especulativo, base da agenda ultraliberal, em prejuízo daqueles que dependem de crédito para investir em negócios ou para adquirir bens de consumo, além de limitar o acesso ao crédito, deixando-o mais difícil e caro.

Em um momento de crise econômica e social, é fundamental que a sociedade pressione o BC, para que adote medidas mais expansionista voltada para o desenvolvimento, visando à geração de emprego e renda. Infelizmente, a audácia de Campos Neto mostra que os interesses continuam priorizando os rentistas em detrimento da saúde dos cidadãos.

